

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA

JAIME ALVES DE ASSUNÇÃO

**ROUSSEAU: DA PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA PARA O ESTADO DE
SOCIEDADE.**

São Luís

2013.2

JAIME ALVES DE ASSUNÇÃO

**ROUSSEAU: DA PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA PARA O ESTADO DE
SOCIEDADE.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do
Curso de Filosofia da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Filosofia, sob orientação do Prof. Dr.
Luciano da Silva Façanha.

São Luís
2013.

Assunção, Jaime Alves de.

Rousseau: Da passagem do estado de natureza para o estado de sociedade / Jaime Alves de Assunção. – São Luís, 2013.

36 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Luciano da Silva Façanha.

. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Filosofia, 2013.

1. Filosofia - estado de Natureza. 2. Estado - Jean Jacques Rousseau. 3. História.

I. Título.

JAIME ALVES DE ASSUNÇÃO

**ROUSSEAU: DA PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA PARA O ESTADO DE
SOCIEDADE.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do
Curso de Filosofia da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Filosofia, sob orientação do Prof. Dr.
Luciano da Silva Façanha.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha (Orientador) - UFMA

Prof. Ms. Maria do Socorro Gonçalves Da Costa – UFMA

Prof. Esp. Cesar Henrique de Paula Borralho – UFMA

AGRADECIMENTOS

À Javé Deus, por tudo.

À virgem Maria no título de Nossa Senhora Aparecida, pela sensação gostosa de ser sempre abraçado.

À minha Mãe Dalvanir, pelo amor e pela educação.

A Adailton de Assunção e Luíz Lima (*in memoriam*)

Aos meus irmãos e familiares, pela torcida.

À Raquel Moraes Macedo pelo apoio e companheirismo desde 2006.

À Francieleide Diniz, pela amizade de “séculos”.

À Vânia Gomes, pelo apoio no início da caminhada e hoje, embora distantes, cultivamos a torcida para uma boa caminhada de ambos.

Às professoras Vera Lúcia (Filosofia) e Alessandra Teresa (Língua Portuguesa) da Escola Modelo Benedito Leite que me ajudaram na escolha deste curso.

Aos colegas da turma 2006.2 que não poderia deixar citar, Alice (primeira pessoa que conheci na UFMA, ainda no dia da matrícula) Damázio, Áurea, Iguatemy, Samuel, Rafael de Paula, Rafael Ribeiro, Franceilde Paiva, Francisco, Majú Nascimento, Maiana, Kleysson, Marcella, Jamile, Emanuelle Eloy, Josy, Katiane, Núbia Carneiro e Fernando Vaz.

Aos colegas do Grupo Universitário de Teatro, Diego, Jyesse, Gilmar, Maciria, Sandro Roberto, Meirivania, Jhon, Senhorinha Constatino, Victor, e em especial a Professora Maria Tereza (Estrelinha).

Aos amigos feitos ao longo desses anos em especial Ana Carolina Carvalho, Kácia Moraes, Kádila Moraes, Fábio Freire, José Francisco, Maria do Socorro Gonçalves, Maria do Socorro (Help), Marcelo Azevedo e Gleyciane.

Ao Professor Luciano Façanha pela dedicada orientação e confiança.

Ao curso de Filosofia e aos Professores do Departamento de Filosofia.

Da extrema desigualdade das condições e das fortunas, da diversidade das paixões e dos talentos, das artes inúteis, das artes perniciosas, das ciências frívolas, surgiria uma multidão de preconceitos, igualmente contrários à razão, à felicidade e à virtude; ver-se-ia fomentado pelos chefes tudo o que desunindo-os, pudesse enfraquecer os homens reunidos, tudo o que pudesse dar à sociedade um ar de concórdia aparente e nela implantar o germe da divisão real.

Jean-Jacques Rousseau

RESUMO

Este trabalho enfatiza-se suas ideias, iniciando pelo Estado de Natureza, época em que Rousseau considera o homem é bom, feliz, igual e independente do outro. Apresenta-se os primeiros passos que teriam levado o homem a entrar na história e, conseqüentemente, ao Estado Civil. Mostra-se que o homem tornou-se corrupto, ambicioso, invejoso, e mal. Verifica-se o processo de corrupção – os respectivos progressos da decadência: Propriedade (pobre x ricos), Magistratura (poderosos x fracos) e Despotismo (senhor x escravos). Ressaltam-se os elementos que na linha do tempo marcaram a história e no decorrer se processou uma degeneração da humanidade resultando no Estado de Sociedade.

Palavras-chave: Rousseau. Estado de Natureza. Estado de Sociedade.

ABSTRACT

This paper emphasizes whether their ideas, starting with the State of Nature, by which time the man is nice, happy, equal, independent of the other. Presents the first steps we have taken man to get into the story and therefore the Civil State. It shows that the man has become corrupt, greedy, envious and evil. There is the process of corruption - their progress Decadence: Property (poor rich x) Judiciary (x mighty weak) and Despotism (master x slave). We emphasize that the elements in the timeline and made history during sued if a degeneration of humanity resulting in the State of Society.

Keywords: Philosophy. State of Nature. Society State.

SUMÁRIO

. INTRODUÇÃO.....	8-9
CAPÍTULO I:	
1. CIRCUNSTÂNCIA DE COMPOSIÇÃO DA OBRA DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS E AS ARTES.....	10-11
1.1 A Enciclopédia: o empreendimento iluminista.....	11-12
1.2 Nasce o <i>Primeiro Discurso</i> : Discurso sobre as ciências e as artes.....	12-16
CAPÍTULO II:	
2. CONFIGURAÇÃO DO ESTADO DE SOCIEDADE.....	17-20
CAPÍTULO III:	
3. PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA PARA O ESTADO DE SOCIEDADE.....	21-28
3.1 A propriedade privada como o primeiro progresso da desigualdade.....	28-30
3.2 A Magistratura como segundo progresso da desigualdade.....	30-31
3.3 O Despotismo como terceiro progresso da desigualdade.....	31-32
3.4 Soberania e a Vontade Geral.....	32-34
. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar como teria se dado a passagem do estado de natureza para o estado civil apontado por Jean-Jacques Rousseau no *Primeiro Discurso*, bem como, as circunstâncias da composição da desigualdade entre os homens, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* em que ressalta a passagem do estado de natureza ao estado civil. Destacando-se, ainda, o homem em seu estado primitivo até o surgimento da sociedade privada e os males com ela advindos.

A partir da proposta feita pela Academia de Dijon, Rousseau escreveu o *Discurso sobre as ciências e as artes* (1750), também conhecido como *Primeiro Discurso*. Nele, o autor demonstra que as ciências e as letras degradam a moral dos homens. “[...] A depravação é real, e nossas almas se corromperam à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram no sentido da perfeição.” (ROUSSEAU, 1979, p. 337). Posteriormente, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1754), também conhecido como *Segundo Discurso*, o genebrino mostra as causas dessa depravação, respondendo a questão: *Qual, a origem da desigualdade entre os homens e é ela autorizada pelo direito natural?*, também proposta pela mesma academia no ano 1753.

Rousseau entende que, para conhecer a origem da desigualdade, deve-se conhecer o homem na sua origem, para então distinguir quais as circunstâncias que o tornaram da forma como se encontra atualmente. O estudo utilizado para tal empreitada foi recriar na mente a imagem dos primeiros homens. Para isso, em passeios pelos bosques de Saint German, Rousseau imagina como deve ter sido o Estado de Natureza, tenta separar o que há de natural, daquilo que foi acrescentado e modificado no homem da sociedade. Rousseau chega a conclusão de que os homens no início dos tempos encontravam-se no estado feliz e igual e que tornaram-se na linha do tempo ambiciosos e maus; assim, a forma que encontrou de solucionar tal depravação da humanidade seria o resgate da bondade natural, e por conseguinte, a transformação política e moral.

O tema aqui proposto será desenvolvido em três capítulos, que serão apresentados assim: no capítulo I, destaca-se a circunstância de composição da desigualdade, sua origem e sua influência para a elaboração da Enciclopédia e como se dá o nascimento do *Segundo Discurso*; no capítulo II, apresenta-se os primeiros passos que teriam influenciado o homem a passar do Estado de Natureza para o Estado de Sociedade; no capítulo III, salienta-se a configuração do Estado de Sociedade, apontando todo o progresso da desigualdade com

surgimento da propriedade privada, as primeiras revoluções, o ponto que deu errado e a saída proposta pelo caminhante genebrino.

CAPÍTULO I:

1. CIRCUNSTÂNCIA DE COMPOSIÇÃO DA OBRA *DISCURSO SOBRE AS CIÊNCIAS E AS ARTES*.

O iluminismo é uma corrente do século XVIII, foi responsável primeiramente por uma construção de valores, de um conceito orgânico de sociedade para depois construir uma nova sociedade já não mais baseada nos princípios teológicos, mas regida pelos ditames da razão que agora refletiria sobre si mesma. Este período foi muito agitado e rico em ideias, de variadas tendências contrárias e até revolucionárias; a racionalidade marca a característica moderna da época, as luzes da razão e também do progresso, além de definir o espaço em que se desenvolvem as características do espírito do iluminismo. “O que além do mais agrava tudo são os filósofos das luzes. São em última análise homens de letras que buscam a glória sem se preocupar com a verdade que atacam toda a ação para destruí-la” (HUSMAN, 2001, p.843).

Diferente do que se pode pensar, o iluminismo não se caracterizou como um movimento homogêneo. Aquilo que o tornou comum, longe de ser uma escola, foi apenas uma mentalidade que pairava sobre grande parte da sociedade da época, de modo específico sobre a burguesia, os intelectuais que se autovalorizavam, esta mentalidade entre outras coisas tinha como fim o progresso, tema muito recorrente no século das luzes, progresso este que será a consequência do uso da razão, ocasionando uma substancial melhora na sociedade.

Em 28 de junho de 1712 em Genebra, Suíça nasce Jean-Jacques Rousseau, logo depois, em 7 de julho do mesmo ano, morre sua mãe, Suzanne Bernard de quem herdou uma pequena biblioteca de clássicos gregos em latim e francês. Em 1722 devido a um desentendimento com capitão M. Gautier membro do conselho da cidade, seu pai Isaac Rousseau, foge de Genebra e instalasse definitivamente em Nyon, deixando Rousseau e seu primo Abraham Bernard aos cuidados de seu tio, o pastor Lambercier, em Bossey, à 8 Km de Genebra.

Com 11 anos volta à Genebra sob os cuidados de seu tio Gabriel Bernard onde trabalha como aprendiz escritório de Masseron, advogado e escrivão da cidade, porém, aprende e se destaca no ofício de gravador até deixar a ocupação e encontrar outra mais pertinente a um jovem de 16 anos. Contudo, Rousseau mostras-se inquieto e sem provisões,

sai em busca de aventuras noturnas, de modo que ao regressar certa vez de uma dessas aventuras, ele encontra os portões da cidade fechados e decide não voltar a casa de seu patrão. Resolve vagar pela cidade, se hospedando em casa de pessoas conhecidas.

Em busca de oportunidade que ele julgava não ter em Genebra, e, por recomendação do pároco Pontever, ele apresenta-se a madame De Warens em Annecy. Monido de uma carta de recomendação, esta o envia para Turim, onde converte-se ao catolicismo recebendo em seu batismo, o nome de Jean-Joseph Rousseau. Voltando a Annecy, se estabelece em um seminário, mas o abandona depois.

Em 1732, estabeleceu-se em Chambéry, reencontra a senhora Francoise-Louise, (Madame de Warens em Annecy) por que Rousseau se apaixona, tornam-se amantes, e onde permanece por oito anos.

Na cronologia de vida de Rousseau Façanha aponta que em 1741, Rousseau “vai para Paris e faz relações com jovens talentosos como Diderot, Fontenelle, Marivaux, Condilac e D’Alambert”.(p30) Possuía consigo uma carta de recomendação de seus amigos de Lyon que lhe abriu muitas portas na sociedade.

Em 1745, apresenta um projeto para uma nova notação musical, apresenta-o a Academia de Ciências e, posteriormente, escreve uma Dissertação Sobre a Música Moderna que acaba sendo reprovada, porém, já começava a ganhar respeito de pessoas importantes da sociedade parisiense. Torna-se secretário do embaixador francês em Veneza e conhece Thérèse Levasseur, jovem empregada que lavava roupas no hotel no qual se hospedara e passam a ter um relacionamento até o fim de suas vidas. Tiveram cinco filhos, abandonando-os em orfanatos na mesma cidade.

1.1 A *Enciclopédia*: o empreendimento iluminista.

Em Março de 1745 André Breton editor de Paris, é autorizado a publicar a tradução de um dicionário inglês, *Enciclopédia, Um Dicionário Universal de Artes e Ciências de Ehphraïm Chambers*, sua intenção era meramente traduzir e publicar essa obra em língua francesa. Para ser o editor ele procura o filósofo Denis Diderot (1713-1784), já conhecido pela tradução das obras *A história da Grécia* de Temple Stayan e *Ensaio sobre o mérito e a virtude de Shaftersbury*, ganhando a fama de um bom tradutor. Husman, deixa a entender que o que era para Le Breton um modesto projeto de tradução tornou-se para Diderot um projeto de vida ao pé da letra, ele dedicou cerca de 25 anos de sua vida a frente

do projeto, muitas vezes só, com muitas dificuldades materiais, obstáculos impostos pelo poder e pela igreja e até desentendimentos entre seus colaboradores. Quando Diderot foi contratado, o previsto era apenas 5 volumes, sendo 4 escritos e 1 de ilustração, mas, acabou publicando 35 volumes, 17 de texto, 11 de lustração, além 4 volumes suplementares, 1 de ilustração, completados por 2 volumes de índice geral.

Para elaborar a Enciclopédia, Diderot contou com cerca de aproximadamente 150 colaboradores, 4000 mil assinantes e durante mais de 25 anos a Enciclopédia gerou emprego a muitos trabalhadores; havia uma diversidade grande de Professores, comerciantes, manufactureiros, médicos, funcionários públicos, advogado, padres, teólogos, ferreiros, operários manuais, parlamentares, agricultores, encanadores, gravadores, artesões. Tudo isso para explicar detalhadamente alguns verbetes que se faziam mais necessário explicar. Entre os colaboradores, destacam-se Montesquieu, Voltaire, Grimm, d'Holbach, Hevétius, Condilac, Buffon, Quesnay, Turgot e Jean-Jacques Rousseau, que foi convidado inicialmente para escrever verbetes sobre a música.

Em 1758, rompe com Diderot, após a publicação da obra *Carta à D'Alembert sobre os Espetáculos* escrita em resposta ao artigo do matemático Jean Le Rond D'Alembert (1717 – 1783) sobre Genebra no volume VII da Enciclopédia do ano anterior.

1.2. Nasce o *Primeiro Discurso: discurso sobre as ciências e as artes*¹

Em 1749, Denis Diderot é preso por atentado à religião, ao Estado e aos bons costumes, sendo levado para a prisão de Vincennes, uma construção medieval nos arredores de Paris, que servia como prisão na época.

Sob um intenso calor de uma tarde qualquer em setembro ou outubro de 1749, o jovem Jean-Jacques, em caminhada a Vincennes para visitar seu amigo Diderot na prisão, chora copiosamente sentado à sombra de uma árvore, pela emoção de ter sido invadido por um turbilhão de ideias novas e o motivo dessa súbita inspiração objetivava tão somente responder à interrogação da Academia de Dijon com o tema de seu concurso de dissertações

¹ Com esta obra, Jean-Jacques Rousseau passa a integrar o “mundo das letras”, mesmo desconcertando os iluministas, seus contemporâneos e o espírito otimista da época e ser também uma obra circunstancial; além de responsabilizá-la por muitos de seus infortúnios posteriores.

daquele ano: “O restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes?” que ele leu no jornal *Mercure de France*.

A iluminação² que Rousseau afirma ter tido, prefigura, no sentido mesmo de premonição intelectual, os temas fundamentais das ideias que viria desenvolver nos escritos posteriores. Chegando a Vicennes, Rousseau, muito agitado, anota essas ideias em um pedaço de carvalho e mostra a Diderot que o incentiva a desenvolver tais ideias e a participar do concurso. Segundo narra Rousseau:

No momento dessa leitura vi um outro universo e tornei-me um outro homem; apesar de ter a viva lembrança da impressão que recebi, os detalhes me escaparam depois que os gravei numa de uma das minhas quatro cartas as Sr Malesherbes (...) o que recordo nessa ocasião foi que ao chegar em Vincennes estava em uma agitação que chegava ao delírio. Diderot o percebeu e eu lhe disse o motivo (...) ele me exortou a dar saída e a concorrer ao prêmio. (ROUSSEAU, 1959, p. 122-123).

Depois de escrever suas ideias, Rousseau mostra para Diderot e Grimm e envia sua resposta a academia de Dijon sem que mais ninguém as veja. Um ano depois chega a resposta e Rousseau ganhara o prêmio. Em 9 Julho de 1750, a academia de Dijon, anuncia que Rousseau tinha vencido o prêmio de cem écus, uma medalha de ouro feita para o autor. Depois de receber o prêmio, ele refaz sua obra de modo a deixá-la mais digna a uma publicação premiada.

Na Primeira Parte do premiado *Discurso*, Rousseau deixa claro que se separa de forma bem visível das ideias de outros iluministas, como a fé única e exclusivamente na razão e questiona quais os frutos que ela diz trazer para a humanidade defendendo também que ela não irá proporcionar nenhuma vantagem. Rousseau, enquanto moralista, desconfia que a virtude desapareça à medida que o progresso chega, que as luzes elevam nosso horizonte, mas não podemos ver o que realmente é verdade.

Nesse sentido, o cidadão de Genebra procura tecer uma resposta negativa à questão proposta, traz uma argumentação inusitada que descortina um universo intelectual próprio, oposto às opiniões mais conhecidas em sua época. Conforme demonstra nessa passagem:

Não me preocupo em agradar nem os letrados pretensiosos, nem as pessoas em moda. Em todos os tempos, haverá homens destinados a serem subjugados pelas opiniões de seu século, de seus país e de sua sociedade. Faz-se passar hoje por espírito forte, filósofo, quem pelo mesmo motivo, ao tempo de ligar ao que teria

² Ernest Cassirer (1999), a denomina **Iluminação de Vicennes**.

passado de um fanático! Quando se quer viver para além de seu século não se deve escrever para tais leitores. (ROUSSEAU, 1959, p. 136).

No premiado *Discurso*, Rousseau é bem sutil em suas críticas e começa louvando o restabelecimento das ciências e das artes para depois apontar a depravação dos costumes sociais, sem, contudo, estabelecer uma ligação direta de causa e efeito. Sua intenção é deixar claro que todo conhecimento se torna inútil se não servir a um propósito maior que a simples realização pessoal. Sendo este o ponto em que sua obra ensaia uma ruptura com o individualismo e dá uma guinada em direção ao coletivismo e aos sentimentos patrióticos. Seu pensamento é contrário a de seus companheiros, já que denuncia que o homem não age naturalmente em sociedade, pois é forçado a viver de forma contrária à sua natureza. Isso tudo é causado pelo mau uso da razão, segundo o autor, dando-se mais importância em parecer ser e não ser como verdadeiramente se é. Segundo o genebrino:

Atualmente quando buscas mais sutis e um gosto mais fino reduziram a princípios a arte de agradar, reina entre nossos costumes uma uniformidade desprezível e enganosa, e parece que todos os espíritos se fundiram num mesmo molde: incessantemente a polidez impõe, o decoro ordena; incessantemente seguem-se os usos e nunca o próprio gênio. Não se ousa mais parecer tal como se é, sob tal coerção perpétua, os homens que formam o rebanho chamado sociedade, nas mesmas circunstâncias, farão todas as mesmas coisas desde que motivos mais poderosos não os desviem. (ROUSSEAU, 1959, p.140).

Embora o assunto “desigualdade” seja tratado de forma mais fundamentado no *Segundo Discurso*, Rousseau já demonstra que é um tema pertinente em seu pensar. De onde nasce todos esse abusos senão da funesta desigualdade introduzida entre os homens pelo privilégio dos talentos e pelo aviltamento das virtudes? (ROUSSEAU, 1959, p. 348). O progresso tão aclamado pelos iluministas e incentivado pelo Restabelecimento das Ciências e das Artes afasta o homem de sua natureza boa, tornando-se um ser mau e meramente um ser metódico que cumpre suas regras sem pensar nos outros, perdendo assim sua virtude, segundo o filósofo. Conforme destaca:

As ciências, as letras e as artes, menos despóticas e talvez mais poderosas, estendem guirlandas de flores sobre cadeias de ferro de que estão eles carregados, afogam-lhe o sentimento dessa liberdade original para a qual pareciam ter nascido, fazem com que amem sua escravidão e formam assim o que se chama povos policiados. (ROUSSEAU, 1959 p. 139).

Ao falar sobre virtude, Rousseau aponta que Roma só tinha um único talento digno, que era conquistar o mundo e de fazer reinar a virtude, não a filosófica – já que ele faz uma alusão à filosofia como um ser prejudicial, pela corrupção do gosto e pela degeneração dos costumes – mas sim, a virtude espartana, ou seja, Rousseau vê que a virtude não é um problema, mas a sua própria reputação, já que os homens são acomodados e não se esforçam para encontrá-la. Por isso, para Rousseau, “*homens são perversos*” (1959, p.342). Expõe a opinião, mas ainda não explica o porquê dessa conclusão.

Na segunda parte do *Primeiro Discurso*, Rousseau desmerece as ciências e as artes, pois elas vieram dos nossos vícios e esses vícios são monstruosos para o homem, sendo as ciências inúteis, provocam a ociosidade. Rousseau destaca a facilidade do homem em se adaptar às atividade militares, tais como a arte de sobrevivência, opondo-se, pois, à ociosidade que, por sua vez, só traz o mau para o homem, sobretudo para sociedade. Porém, não é necessário suprimi-las, mas criar uma legislação para limitar seus prejuízos e não levar o homem à destruição de si. É preciso que o homem saiba suprimir suas paixões.

Segundo defende Rousseau, os homens não se tornaram melhores com o progresso, muito pelo contrário, o progresso trouxe consigo malefícios insuportáveis. Outro exemplo também é sobre o pessimismo, que para ele, ronda toda a visão da história humana em Rousseau para quem, sempre que houver progresso haverá grandes perdas. E sua análise, mesmo voltada para o século XVIII é bem atual. Segundo o pensador, tornamo-nos cultos, civilizados, pensamos sempre, estamos confortáveis, termos aquilo que nos agrada, trabalhamos excessivamente e nos arruinamos para termos comida, bebida e lazer; enquanto para outros, falta trabalho, comida, bebida e lazer.

Com relação à religião, Jean-Jacques Rousseau também considera que a história da humanidade é errante deste seu início, em que acreditam os cristãos que Deus disse ao homem que amaldiçoara a terra e que o homem teria que trabalhar e nada seria dado de graça, sendo que tudo que o indivíduo adquirisse seria seu por direito de conquista, porém nunca ficará satisfeito, pois sempre faltaria algo. Com isso, por seu pecado, teve como resultado, a desordem em que se vivemos hoje. Para o Genebrino, a história é feita a partir de tudo que fazemos, sendo resultado das decisões que tomamos de acordo com o grupo social em que estamos inseridos. Ainda *Discurso Sobre as Ciências e as Artes*, fala dos progressos da humanidade, bem como de seus efeitos para a sociedade.

Ao se ler algumas obras do autor, chega-se a pensar que não se trata de um filósofo iluminista, mas de um pessimista, cuja visão vai na contra mão³ dos ideais do Séculos das Luzes. Assim, até se percebe uma leitura pessimista, mas ele aponta que está comprometido com a verdade e que as relações humanas ainda não são entendidas de acordo com a espécie de virtude que o mesmo tanto vislumbra. Tal virtude está nas relações humanas e nas necessidades sociais. Mas, mesmo parecendo que Rousseau vai de encontro à corrente iluminista, não é contra a razão ou a cultura e sim contra a artificialidade da arte e da aparência dos costumes e das virtudes.

Nesse sentido, o objetivo de Rousseau não é de condenar a cultura em si, tanto que seu primeiro *Discurso* inicia-se com um elogio à Renascença e termina com a possibilidade de que uma elite de sábios faça dela um uso melhor. Com isso, o erro não foi provocado pela aquisição do conhecimento que em si, porque este afasta sempre mais da ignorância do estado de natureza. Foi provocado, isso sim, pelo uso que se fez deste conhecimento, pela possibilidade que isso criou no desenvolvimento de uma ordem moral, a qual não valoriza mais as virtudes republicanas resgatadas por Rousseau do mundo antigo, mas certos sentimentos e comportamentos como a vaidade, a polidez, a vã curiosidade, o luxo, entre outros. Tal processo introduziu um comportamento moralmente corrompido no mundo, inclusive pelo contraste entre essência e aparência, pois, obrigado a recorrer a esta última, o homem esconde os seus sentimentos e objetivos em relação ao outro. Esta situação reflete várias fraturas: bem e mal, natureza e sociedade, homem e divindade.

³ Segundo afirma Luiz Roberto Salinas Fortes, Rousseau é apontado como o estraga-prazeres da festa iluminista, uma vez que não apóia muitas das idéias defendidas por seus pares.

CAPÍTULO II:

2. CONFIGURAÇÃO DO ESTADO DE SOCIEDADE

O homem, devido à *perfectibilidade*, não parou de progredir. Ainda que sem consciência, foi levado cada vez mais a descobrir, inventar e foi neste processo de progresso que se introduziu a propriedade, Rousseau mostra que perfectibilidade salva o homem dos obstáculos à sobrevivência no estado natural, mas também lança-o no caminho da degradação. O determinismo de Rousseau conduz da vida natural premida pelas vicissitudes à associação mútua, desta à dependência, daí à divisão do trabalho, à agricultura e metalurgia, tudo levando à descoberta da propriedade e dela à desigualdade e opressão. Utilizando a perfectibilidade, o homem supera o estado de selvageria, caracterizada pelo isolamento e o silêncio, pela caça e a coleta, pelo nomadismo, pela falta de necessidades especiais e de paixões. A segunda etapa é à barbárie, quando a formação de hordas permite a criação de animais, o uso do fogo, as primeiras formas de linguagem. Finalmente o homem entra na “civilização”, já entendida na sua forma degenerada, na qual se desenvolve a agricultura, o comércio, a indústria, a linguagem definitiva, etc. Mas esta mesma faculdade “com o tempo o torna tirano de si mesmo e da natureza porque permite que o entendimento do indivíduo se desenvolva graças às paixões, que no homem natural são limitadas, sendo desejos ligados às necessidades básicas e o medo da dor (não morte); mas explodem na sociedade.

A ideia de propriedade surge no início da segunda parte do *Segundo Discurso* como o último marco do estado de natureza. Assim assevera:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. [...] essa ideia de propriedade, dependendo de muitas ideias anteriores que só poderiam ter nascido sucessivamente, não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a esse último termo do Estado de Natureza. (ROUSSEAU, 1979, p. 259-260).

Desse modo, tendo como pressuposto fundamental a ideia do *isto é meu*, a instituição da propriedade representa efetivamente a passagem da ordem natural para a formação da sociedade civil. O *isto é meu*, também identifica a posse de algo a alguém e a acomodação

daqueles que permitiram a violação do estado natural com a instituição da propriedade. Esta idéia forma-se a partir de todos os progressos que o homem veio fazendo à medida que foi adquirindo mais luzes. Retrocedendo como o fez Rousseau e mostrando qual a indústria e progresso o homem necessitou para chegar a esta idéia de propriedade; pode-se ressaltar sobre isso, o uso das armas naturais, como linha e anzol, arcos e flechas, tornando-os, em virtude das necessidades, caçadores e guerreiros.

Nesse processo, o homem conheceu o fogo, e aprendeu a cultivá-lo e a utilizá-lo no cozimento de carnes. Estes pequenos progressos lhe renderam uma espécie de reflexão que já o fazia perceber suas diferenças com relação aos animais. Para Rousseau, este deveria ser o estágio que o homem deveria ter conservado, estágio em que ele tinha o suficiente para viver e que as luzes e o progresso ainda não o haviam corrompido, pois neste ponto, começa a associar-se criando abrigos, famílias, surge o amor conjugal e o paterno e ainda um idioma comum para um mínimo de comunicação.

A partir desta união, vão formando nações particulares e começam a fazer comparações entre si, surgindo a discórdia e o ciúme. Nasce assim, a propriedade privada, e o amor de si, se transforma em amor-próprio que não mais se preocupa apenas com sua conservação, mas também com o acúmulo de bens e a necessidade de ter sempre mais que o outro. A piedade, característica tão recorrente no estado de natureza, desaparece nesta nova fase a que o homem chegou. Na tentativa de acumular cada vez mais, o homem esquece do outro e sua visão agora se concentra em si mesmo e no que deseja alcançar.

A *perfectibilidade* que antes dera ao homem a oportunidade de, nos primeiros tempos, gozar de uma vida simples, sem vícios e com alguns progressos, agora trabalha a favor da ganância e do amor-próprio⁴. Tudo isto leva o cidadão de Genebra a indagar-se sobre as vantagens deste novo estado, o estado social, como ele destaca na passagem:

Pergunto qual das duas - a vida civil ou a natural - é mais suscetível de tornar-se insuportável àqueles que a fruem. À nossa volta, vemos quase somente pessoas que se lamentam de sua existência, inúmeras até que dela se privam assim que podem, e o conjunto das leis divinas e humanas mal basta para deter esta desordem. Pergunto se algum dia se ouviu dizer que um selvagem em liberdade pensou em lamentar-se da vida e em querer morrer. Que se julgue, pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria (ROUSSEAU, 1979, p. 251).

⁴ Na sociedade, o amor de si, transforma-se em amor-próprio.

Outra revolução foi o surgimento da metalurgia e da agricultura que civilizaram os homens e o levaram a perder ainda mais sua humanidade primitiva, como destaca o autor:

Aquele que cantava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou o mais eloqüente, passou a ser o mais considerado, e foi esse o primeiro passo tanto para a desigualdade, quanto para o vício; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo, e, de outro, vergonha e a inveja. A fermentação determinada por esses novos germes produziu, por fim, compostos funestos à felicidade e à inocência. (ROUSSEAU, 1979, p. 26)

Assim sendo, foi com o surgimento da propriedade que houve a perpetuação da desigualdade, que já não é natural, como no estado de natureza, mas sim social, onde uns terão direito à propriedade e outros não, gerando esta, uma série de outras desigualdades. Com o surgimento da propriedade e seu conseqüente cultivo aparece a necessidade de sua partilha, logo, com o trabalho resultante do cuidado com a terra é que se pôde dividi-la. Aqueles que a cultivavam ficaram com elas, surgindo dessa forma, o direito de propriedade.

Assim, a desigualdade natural que antes em nada gerava problemas mais graves à sobrevivência do homem, agora se destaca a ponto de prejudicar a uns e beneficiar a outros, pois que a mesma passa a ser utilizada para legitimar ainda mais a desigualdade.

Permanecendo as coisas nesse estado, teriam assim continuado se os talentos fossem iguais e se, por exemplo, o emprego do ferro e a consumação dos alimentos sempre estivessem em exato equilíbrio. Mas, a proporção havia logo se rompeu; os mais fortes realizavam mais trabalho, o mais habilidoso tirava mais partido do seu, o mais engenhoso encontrava meios para abreviar a faina, o lavrador sentia mais necessidade de ferro ou o ferreiro mais necessidade de trigo e, trabalhando igualmente, um ganhava muito enquanto o outro tinha dificuldade de viver. Cria-se, assim, uma relação de dependência entre aqueles que possuíam a terra e os que nada tinham; os ricos necessitavam dos serviços do pobre e o pobre da recompensa pelo trabalho prestado. À essa altura, têm-se homens ambiciosos e invejosos; a ambição fruto da necessidade de acumular cada vez mais e a inveja dos que nada possuíam com relação aos detentores das terras.

Desse modo, a propriedade, uma vez estabelecida, é a originária de inúmeros conflitos diante da ganância e da ambição dos homens. É impossível, para Rousseau, conceber a idéia de propriedade sem conceber também esses conflitos entre o primeiro ocupante e o mais forte.

Para o autor, o surgimento da propriedade trouxe em seu bojo toda sorte de malefícios ao homem, que, conformado com a vida simples e prosaica que possuía, começou

a olhar distante e a buscar aquilo que era superficial. Isso somado ao surgimento da metalurgia e da agricultura, dá origem a um outro homem, completamente diferente daquele do estado de natureza, conforme o descreve Rousseau.

Diferente do estado de natureza, a partir do momento em que tem início as primeiras associações configuradoras da propriedade e o marco da sociedade civil, surge a preocupação com o acúmulo e a conservação de bens, uma vez que quem já possuía não desejava perder aquilo que já havia conquistado. Mas, como numa sociedade imersa na necessidade de ter, cheia de vícios que a propriedade implantou, desigual e injusta seria possível proteger os bens adquiridos? Da mesma forma que pela força foram conquistados, pela força poderiam ser perdidos, uma vez que a sociedade, bem distante do ponto em que partiu, encontrava-se no mais absoluto grau de ganância, num estado de guerra, sem a concorrência da piedade e do respeito. Por esta configuração, houve a necessidade do estabelecimento do pacto social, responsável por garantir o mínimo de direitos e deveres a todos. Pode-se afirmar que a consolidação do pacto representa de fato, o verdadeiro estado de sociedade.

CAPÍTULO III:

3. PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA PARA O ESTADO DE SOCIEDADE

A investigação dessa passagem se dá com base na questão histórica da saída do homem do estado de natureza, a partir da própria evolução da espécie no tempo e não da necessidade em si. Evolução adquirida através do progresso, da capacidade de perfectibilidade e da consciência ingênua do homem no estado de natureza e, devido a grande importância da filosofia política escrita por Rousseau, da sua repercussão em todo campo filosófico.

O Estado de Natureza antecede a constituição da sociedade civil. Grande parte dos autores contratualistas, dizem que a instituição do Estado foi realizada a partir de um contrato social. Para isso, recorrem ao estado de natureza como ponto de partida para pensar a instituição do poder. Vale lembrar que este Estado em Rousseau é hipotético, ou seja, ele pode nunca ter existido de fato, mas que é um ponto importante para se pensar a formação da sociedade civil no século XVIII. Sobre o homem no estado de natureza, descreve:

Não poderei formular sobre esses assuntos senão conjecturas vagas e quase imaginárias. Anatomia comparada progrediu muito até hoje, as observações dos naturalistas ainda são muito incertas, para que possa, sobre tais fundamentos, estabelecer a base de um raciocínio sólido; assim, sem ter recorrido aos conhecimentos naturais que temos sobre esse ponto e sem levar em consideração, as mudanças que se deram na conformação, à medida que aplicava seus membros e nutria com novos alimentos eu suporei conformado em todos os tempos como vejo hoje. (ROUSSEAU, 1987 p 238).

No estado de natureza, tal qual é descrito por Rousseau, o homem vivia de forma simples e ordenada. Com isto, o autor faz o resgate da caminhada histórico-hipotético dos homens. Em passos lentos, mas gradual, a espécie humana deu rumo à socialização; justifica desenvolver os seguintes conceitos: de que o homem poderia até ter permanecido no estado de natureza. No entanto, foram as circunstâncias fortuitas encontradas junto ao meio natural e por ter o homem em si capacidade de *perfectibilidade*, os fatores que fizeram com que a espécie humana progredisse. Dessa forma, o progresso aconteceu ao acaso, algo que a história conta que aos poucos foi se tornando necessário. As transformações que ocorreram no seio do próprio estado de natureza, como: terremotos, vulcões, fizeram com que o homem começasse aos poucos a se desenvolver. Primeiro desenvolve o corpo e inventa

técnicas novas para ir se adaptando às novas condições de vida. Segundo, foi uma grande revolução a invenção da metalurgia, o desenvolvimento da agricultura e a divisão do trabalho. Com essas duas formas de progresso o homem passa a viver de maneira diferente, de nômade passa a fixar-se em determinado lugar, constrói habitação e passa a existir entre eles a noção de família, paternidade e amor. Foram acontecendo os estágios de evolução até chegar ao marco decisivo da desigualdade entre os homens, que foi a propriedade.

A partir dessa história hipotética sobre a origem, Rousseau aponta dois tipos de desigualdades na espécie humana: a primeira é conhecida como natural ou física e a segunda moral ou política. Rousseau faz uma descrição do homem no estado de natureza físico, psicológico e moral. O Homem, nos aspectos físicos destaca-se por sua saúde; as forças do corpo, as qualidades do espírito e da alma. E Rousseau critica o progresso humano, ao apontar que o homem deveria se conhecer para depois conhecer o mundo, mas ele não é capaz disso, então, como conhecer a fonte da desigualdade entre os homens, se não se começar a conhecer a eles mesmos?

Segundo Rousseau, o homem em seu estado de natureza vivia isolado nas florestas, em total liberdade como seres iguais, não tendo capacidade de se distinguir de outro ser humano porque ele nem tinha a noção que existem outros como ele e essa distinção requer habilidade de abstração, o que ele ainda não possuía, mantendo perfeito equilíbrio com a natureza e o ambiente, pois sabia reagir e se adaptar à natureza e às suas exigências sobrevivendo com o que ela lhe oferecia. O homem estava limitado a atender somente suas necessidades, que não passavam da esfera física. “Vejo-o fartando-se sob um carvalho, refrigerando-se no primeiro riacho, encontrando seu leito ao pé da mesma árvore que lhe forneceu a repasto e assim satisfazendo a todas as suas necessidades.” (ROUSSEAU, 1987 p.238.).

Destaca que as necessidades dos selvagens eram satisfeitas com o que a natureza tinha a oferecer, cuidavam da sobrevivência, utilizando o ataque e a defesa “[...] quer para subjugar a presa, quer para defender-se de um outro animal” (ROUSSEAU, 1978, p. 242). Rousseau compara o selvagem a animais, em relação às funções como perceber e sentir e difere em relação à liberdade e a *perfectibilidade*. A liberdade é uma característica própria do ser humano, o homem não age por regras prescritas como o animal, porque pode concordar ou resistir a qualquer influência externa, a *perfectibilidade*, é um termo que Rousseau adotou para exprimir a capacidade que o homem possui de aperfeiçoar-se. O homem vivendo livre e isolado vive apenas o presente e não pensa naquilo que ele tem que

fazer no futuro, Rousseau, difere ainda dos seus antecessores, principalmente Thomas Hobbes quando afirma que não existe relação moral, nem deveres comuns entre os homens em tal estado. “Hobbes pretende que o homem é naturalmente e não procura atacar e combater”. (ROUSSEAU, 1978 , p.239).

O Homem no Estado de Natureza não é um ser tímido, pois possui consciência, devido ao seu porte robusto, tem uma formação física perfeita, não perecendo para sanar suas necessidades, o homem no estado de natureza é capaz de adquirir todos os instintos dos animais. O homem selvagem vivendo junto a outros animais acaba tornando-se uma besta feroz, porém, salvo de muitas doenças que são naturais ao homem, pela autodefesa que o organismo oferece; na infância são protegidas por suas mães e a velhice traz consigo a falta de força, a falta de agilidade, que acabam se tornando os principais inimigos do homem selvagem. Sobre isso, afirma:

Outros inimigos, mais temíveis em face dos quais o homem não conta com os mesmos meios para defender-se, são as enfermidades naturais, a infância, a velhice e as doenças de todas espécies; sinais muito triste de nossa fraqueza, os dois primeiros são comuns a todos os animais e último pertence ao homem que vive em sociedade. (ROUSSEAU, 1978, p. 240).

Porém, aquele que leva uma vida modesta tem menores possibilidades de adoecer, pois a natureza fez o homem para ser sadio, mas Rousseau vê uma contradição: “O homem que medita é um animal depravado” (ROUSSEAU, 1978, p.401) se a vida coloca o homem para ser saudável, então é por que pode viver sem medo das feras.

Ao longo do tempo, todos os animais que foram domesticados acabaram se degradando, a partir do momento que se tornaram domesticado perderam suas características naturais; com o homem é diferente, ele acaba ficando medroso, com comportamento “afeminado”, mas esta afeminação não deverá ser entendida como educado, não tem relação com sexualidade, e sim com o comportamento contrário ao de um homem robusto e livre.

Em seu aspecto metafísico, o homem tem em comum com os animais seus sentidos, de onde vem as idéias, é por meio deles que o homem pode perceber: “o homem sofre a mesma influência, mas considera-se livre para concordar e a resistir”. (Rousseau, 1978, p.243), mas, isto o diferencia do animal, porque o homem possui a liberdade e a “*perfectibilidade*”. Rousseau nos mostra de modo peculiar que, apesar do modo um tanto não civilizado no sentido positivo, em que o homem vivia, ele apresenta duas diferenças

cruciais em relação aos outros animais e que com o passar do tempo farão com que ele se afaste de sua condição primária: a liberdade e a faculdade de se aperfeiçoar, que ele denomina *perfectibilidade*. Conforme o autor:

Na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma, pois a física de certo modo explica o mecanismo dos sentidos e as formações das ideias, mas no poder de querer, ou antes, de escolher e nos sentidos e a formação das ideias, mas de escolher e no poder de querer, ou antes, de escolher e no sentimento desse poder só se encontram atos puramente espirituais que de modo algum serão explicados pelas leis da mecânica. (ROUSSEAU, 1987, p.243).

A liberdade é a capacidade que o homem tem de escolher ou rejeitar as leis naturais, mesmo que isso venha a prejudicá-lo. O homem o faz por um ato de liberdade, já os animais o fazem por instinto e não podem afastar-se das leis naturais, pois um escolhe ou rejeita por instinto, o outro, por um ato de liberdade, razão por que o animal não pode desviar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fora vantajoso fazê-lo, e o homem, em seu prejuízo, frequentemente se afasta dela. Esta prerrogativa, do mesmo modo que traz autonomia para o homem, porque este é livre para escolher o que quer, leva-o aos excessos. Enquanto um animal dentro de alguns meses irá desenvolver-se o suficiente para ficar assim a vida toda, o homem desde seu nascimento não para de aperfeiçoar-se. O autor chama esse aperfeiçoar-se de *perfectibilidade*⁵

A Razão deve às paixões e assim como as paixões devem à razão, sendo através da das paixões que se deve o aperfeiçoamento da razão; o homem em seu estado de natureza desconhece a morte, não a teme, homem selvagem, entregue pela natureza unicamente ao instinto, ou melhor, compensado daquele que talvez lhe falte, por faculdades capazes primeiro de o substituírem e depois de elevá-lo muito acima do que era, começará, pois pelas funções puramente animais, conforme o autor:

Perceber e sentir será seu primeiro estado, que terá em comum com todos os animais. Querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase as únicas operações de sua alma até que novas circunstâncias nele provoquem novos desenvolvimentos. (ROUSSEAU, 1987, p. 244).

⁵ Vale lembrar que, para Rousseau, a *perfectibilidade* é a fonte de todas as infelicidades do homem; com o tempo, faz com que o homem se afaste do seu estado de natureza.

Quando sentia fome comia, independente do gosto ou de sua preferência, o homem neste estado busca apenas sanar os desejos de seu corpo, quando sentia sede bebia e assim por diante. Rousseau aponta nessa passagem que esses desejos não ultrapassavam as necessidades físicas: “Os únicos bens que o homem conhecia eram a alimentação, uma fêmea e o repouso.” (ROUSSEAU, 1987, p. 244).

A linguagem também demonstra a passagem do homem natural para o homem civil; a primeira locução foi o grito da natureza, proferido somente por intermédio do instinto de sobrevivência para implorar socorro ou alívio de dores violentas. Com o passar dos tempos, os homens começaram a utilizar gestos, inflexões da voz e sinais. No entanto, ao longo do tempo esses não atendiam mais às suas necessidades e assim, iniciou-se o uso da palavra para a sua comunicação. Por isso:

Deve-se acreditar que as primeiras palavras utilizadas pelos homens tiveram em seu espírito significação muito mais extensa do que aquela que possuem nas línguas já formadas e que, ignorando a divisão do discurso em suas partes constitutivas, os homens, a princípio, deram a cada palavra o sentido de uma proposição inteira. (ROUSSEAU, 1979, p. 248).

Assim, o grande passo entre a dispersão e o isolamento do homem e as relações com seus semelhantes, dá-se com o aperfeiçoamento da linguagem articulada. Os homens passam agora a morar próximos uns dos outros em habitações rudimentares e a compartilhar os recursos naturais disponíveis. Começam a utilizar a fauna para sua alimentação. Sendo assim, se sentem superiores aos outros animais; planejam estratégias para capturá-los, através da habilidade de fabricação de armadilhas e armas utilizadas para caça e pesca. Com o surgimento destas habitações, duas circunstâncias apareceram: a sexualidade e entretenimentos (canto e dança). Essa associação iniciou o aparecimento de grupos denominados de famílias, “[...] uma situação nova que reunia uma habitação comum, maridos e mulheres, os pais e os filhos”. (ROUSSEAU, 1987, p.262). Nascem, então, sentimentos desconhecidos: amor conjugal e amor paternal, marcando o início das comunidades. Esses são aspectos que Rousseau não vê nos homens em de Estado de Natureza.

O genebrino deixa claro que o Estado de Natureza a que Hobbes se refere é um estado de guerra, que para Rousseau, isto já é um estado que tem o mínimo de racionalidade, ou seja, não é o mesmo que o cidadão de Genebra referencia, garantindo que a ideia de bem e mal ainda não existiam, nem havia vícios ou virtudes. Em Hobbes, por não ter ideia de

bondade o homem seria naturalmente mau, pois não conhecendo a virtude e seria corrupto. Por isso enfatiza: “Não iremos, sobretudo, concluir com Hobbes que por não ter nenhuma ideia da bondade, seja o homem naturalmente mau; seja corrupto porque não conhece a virtude.” (ROUSSEAU, 1987, p. 252).

A moral ou política, nota-se no estado de natureza, quando começa a ocorrer uma aproximação entre os homens pela série de eventos naturais que teriam ocasionado essa aproximação dos seres que eram independentes uns dos outros. O homem se apresenta como nem bom nem mau e ignora tanto os vícios como as virtudes, de modo que o estado de natureza lhe traz mais vantagem que o estado natural, nele, o homem não estava inclinado a se unir em uma relação duradoura e a uma sociedade, já que, segundo o cidadão de Genebra, o homem estava muito bem só, e sem necessidade de viver em comunidade; neste estado, o homem não conhecia guerras, nem tampouco mentiras, comunicava-se por meio de gritos, cantos e gestos de modo generoso e benevolente; existe entre eles uma moral-natural, que são dois princípios inatos anteriores à razão: o amor de si mesmo e a piedade. O amor de si mesmo é o que orienta o homem à autoconservação, evitando o que lhe é prejudicial, a piedade é o que faz uma criatura praticar atos de generosidade para com seu semelhante. Conforme caracteriza o autor:

(...) a piedade representa um sentimento natural que, moderado em cada indivíduo a ação de si mesmo, concorre para conservação mútua de toda espécie. Ela nos faz, sem reflexão, socorrer aqueles que vemos sofrer; ela, no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e das virtudes, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer a sua doce voz; ela impedirá qualquer selvagem robusto a tirar de uma criança fraca ou a um velho enfermo a subsistência adquirida com dificuldade, desde que ele mesmo possa encontrar sua própria parte; ela, em lugar dessa máxima sublime da justiça raciocinada – *Faze a outrem o que desejas que faça a ti* – inspira a todos os homens esta outra máxima bondade natural, bem menos perfeita, mas talvez mais útil que precedente – *Alcançar teu bem com o menor mal possível para outrem*. (ROUSSEAU, 1987, p. 254.).

No estado de natureza, o homem é mais violento, a paixão por alimento e outras necessidades se dar ao instinto; após satisfeita a necessidade, a vontade acaba. Para o autor, o amor não nasce na vida natural e sim na social, inventado pelas mulheres; o homem natural escolhe qualquer mulher lhe é de bom agrado.

O homem neste estado não possuía a intenção de prejudicar, antes temia o mal que poderia receber. E como não existia nele nenhum sentimento como vaidade e a noção de propriedade privada, o único motivo passível de guerra era o alimento. Com paixões tão pouco ativas e um freio tão salutar, os homens, antes selvagens do que maus e mais

preocupados em proteger-se do mal que podiam receber do que tentados a fazê-lo a outrem, não estavam sujeitos a rixas muito perigosas; não tinham entre si nenhum tipo de relações e não conheciam, conseqüentemente, nem a vaidade, nem a consideração, nem a estima, nem o desprezo; não tinham a menor noção do teu e meu, nem nenhuma verdadeira ideia de justiça e olhavam as violências que podiam sofrer como um mal fácil de reparar, e não como uma injúria que se deve punir, e nem sequer pensava em vingança a não ser maquinalmente e no momento.

O homem tem seu instinto natural, esse instinto é individualista e não induz à vida social, porém, assim como o instinto é o instrumento de adaptação humana à natureza, a razão é o instrumento de adaptação humana a um meio social e jurídico. Nessa fase inicial, considera-se que o homem pensado por Rousseau é algo como o “*bom selvagem*”, no sentido de que ele vivia feliz na simplicidade, mas como um selvagem. Não possuía noções morais como, a de bem ou mal, estas noções são adquiridas com o processo de civilização.

Na segunda parte da obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, Rousseau mostra que o homem começa adquirir sentimentos de preferências, ciúmes, discórdias e as paixões começam a aflorar, passando a ter mais valor se cantar ou dançar melhor que um outro. Isso para o autor, significou o início da desigualdade e com esses sentimentos, também, surgiram a vaidade, o desprezo, a vergonha e o desejo; a partir de então, o homem vai se tornando cada vez mais competitivo, já não é benevolente como antes, e quer tirar vantagem sobre os outros, quer ser considerado melhor que os outros e as coisas já não são comuns a todos, surge o “meu e o teu”, ou a propriedade privada. Os homens agora têm a intenção de prejudicar o outro e vão se tornando cada vez mais desiguais. E, diferente, do estado de natureza em que raramente brigavam e quando isso acontecia era por um único motivo, o alimento, agora as brigas ocorrem por diversos motivos, “a guerra de todos contra todos”, até o ponto em que por comum acordo chegam a um pacto, a um contrato social, em encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes, esse era o problema cuja solução viria a ser o contrato social.

A convivência fez com que o homem fizesse comparações, elaborando ideias de beleza, mérito e preferência, estas, nascidas do amor-próprio, ou seja, o homem se percebe que é diferente do outro, e é esse “perceber-se” que será a mola do homem em sociedade. É

o desejo de destaque, de ser estimado pelo outro que impera nesse novo estado. Segundo Rousseau:

Cada um começou a olhar os outros e a desejar ser ele próprio olhado, passando assim, a estima pública a ter um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor, o mais belo, o mais forte, o mais astuto ou o mais eloqüente passou, a ser o mais considerado, e foi esse O primeiro passo tanto para a desigualdade quanto para o vício; dessas primeiras preferências nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo, e, de outro, a vergonha e a inveja. (ROUSSEAU, 1979, p. 263).

Paralelamente a esse período, dá-se a divisão de trabalho, uns serão lavradores dedicados ao cultivo da terra e outros metalúrgicos para fundir e forjar o ferro. "Foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens" (ROUSSEAU, 1979, p. 265), diz. Em virtude do tempo empreendido no cultivo da terra, aquele que cultivava sentia-se dono do espaço que ele plantava. Sendo assim, surge a partilha da terra e conseqüentemente o surgimento da propriedade como sinônimo de posse.

3.1 A propriedade privada como o primeiro progresso da desigualdade

Rousseau não atribui à propriedade a categoria de direito natural, tal como o direito à liberdade e à igualdade, utiliza o desenvolvimento da ideia de propriedade para demonstrar a origem da sociedade civil, mas que ao longo do tempo coincide com a evolução histórica das causas das desigualdades. A questão da propriedade é algo que preocupa Rousseau sendo assunto pertinente em suas obras.

Dessa forma, Rousseau atribui o direito de propriedade a um lugar altamente legítimo entre os direitos do homem após o contrato social. Competiria à *vontade geral* impedir a excessiva desigualdade de patrimônio. Como foi dito por Rousseau, a ideia de propriedade surgiu de muitas ideias anteriores tais como: metalurgia e agricultura, que enfraqueceram o amor de si e fortaleceram o amor-próprio, dessa forma, com a implantação da propriedade surgiu a distinção entre ricos e pobres; o homem é agora obrigado a conviver com noções de meu e seu. Rousseau não compartilha da ideia de progresso vistoso, tão racional e tão iluminado. Para o mesmo, o a história caminha mais para a destruição humana que para a salvação, pois, o progresso das coisas traz consigo o declínio daquela

que mais se aproveitou do benefício do progresso, a raça humana, na medida em que a *perfectibilidade* é um progresso de que acaba se transformando no despotismo, figura final da desigualdade. Rousseau sinaliza um progresso tão negativo, tão pessimista, que foram inevitáveis as indagações sobre qual seria o sentido exato na história do progresso, ou se o autor negava o progresso da civilização.

Jean-Jacques aponta que o primeiro grau de desigualdade, aparece durante o surgimento de operações braçais, tais quais: metalurgia e agricultura, pois o homem passa a dividir e reclamar o que é seu por direito, em que uns reclamavam que a terra era um bem comum e que deveria ser compartilhada entre aqueles que nela se instalavam, mas outros reclamavam seu direito através do trabalho, direto para com essa terra. Mesmo que o proprietário comprovasse ser o dono da terra, os frutos ali plantados garantiriam a posse definitiva aos seus plantadores, de proprietários justificando o seu esforço.

Dois são as razões para que o homem queira ampliar seus bens materiais: adquirir bens para um futuro vitorioso e obter prestígio pessoal; a segunda razão é a que mais preocupa o autor, pois, é a propriedade como sinônimo de *status* que é a manifestação do mal. Rousseau não é contra a propriedade privada, ele é contrário ao desejo de que faz surgir a criminalidade nos homens, de adquirirem cada vez mais, tornando-os competitivos, ambiciosos e rivais. Para quem não conseguiu ficar com um pedaço de terra, na escassez de recursos e sem ter como se sustentar, alguns tiveram que trabalhar para o mais precavidos, outros, não encontraram outra saída senão a criminalidade.

Assim, acabara por surgir a primeira grande situação de desigualdade, já que os homens foram divididos em duas classes, a classe pobre e a classe rica. Daí surgem sentimentos maléficos como a inveja, a vergonha e o desprezo, que contradizem a verdadeira forma originária no homem que é o amor-próprio. Os ricos percebendo que são minoria, arquitetaram um plano que consistiria em transformar seus adversários em seus próprios defensores, formulando um discurso enganador, mostrando aos pobres o horror daquela situação; os ricos propõem uma união de forças para garantir o direito de todos sem distinção.

Rousseau afirma que assim todos correram para os seus grilhões, crendo terem assegurado a liberdade em busca de liberdade. Por ignorância, os homens pobres que compactuaram com esse acordo não imaginaram que os riscos poderiam correr no futuro e que poderiam prever se omitiram, dessa forma, o homem perde sua liberdade natural e a lei da desigualdade e da propriedade fixam-se de forma irremediável. Contrato ilícito, afirma

Rousseau, feito apenas por particulares em favor de seus próprios interesses. E, é neste contexto que ocorre o surgimento do Estado Civil. Sendo, pois, o contrato ilícito o governo era irregular, sem critérios, uma vez que as decisões de julgamentos eram tomadas simultaneamente às infrações e o juízo era feito pelo povo e conseqüentemente os infratores com facilidade evitavam os castigos. E com tantas irregularidades “[...] foi preciso [...] confiar a particulares a perigosa custódia da autoridade pública.” (ROUSSEAU, 1979, p. 271).

Deste modo:

Para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, instituamos regulamentos de justiça de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna. [...] Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram a lei da propriedade e da desigualdade [...] Daí por diante todo gênero humano foi posto ao trabalho, à servidão e a miséria. (ROUSSEAU, 1979, p. 269-270).

Estabelece-se, deste modo, o pacto e a sociedade civil.

3.2 A Magistratura como segundo progresso da desigualdade

O segundo pacto a ser estabelecido na sociedade civil será a Magistratura com o objetivo de zelar pela liberdade do povo e observar suas deliberações. Contudo, não é isso que vai acontecer, pois a Magistratura vai separar poderosos e fracos. Entretanto, os magistrados estão preocupados com eles próprios, fazendo de seu cargo “[...] um bem de família e a si próprios proprietários do Estado”. (ROUSSEAU, 1979, p. 277).

A insuficiência do primeiro do pacto – pelo qual os indivíduos se constituem em sociedade – traz consigo a necessidade de um segundo pacto – pelo qual a sociedade dar a si mesma um governo. Segundo afirma o autor:

O segundo pacto a ser estabelecido na sociedade será a Magistratura com objetivo de zelar pela liberdade do povo e observar suas deliberações. Contudo, não é isso que vai acontecer, pois a Magistratura vai separar poderosos e fracos. Entretanto, os magistrados estão preocupados com eles próprios, fazendo de seu cargo “[...] um bem de família e a si próprios proprietários do Estado”. (ROUSSEAU 1979, p.277).

A Magistratura, nos mostra uma tendência natural apara servidão, já outros baseiam-

no no poder político, como se fosse o poder de um pai, enquanto se dá justamente o oposto, já que um pai representa um convívio social. Com efeito, a obra política não deveria ser abandonada ao acaso. A Magistratura, poder que se diz legítimo e que se torna arbitrário, vai determinar o terceiro e último progresso da desigualdade, o despotismo.

3.3 O Despotismo como terceiro progresso da desigualdade

Rousseau considera o despotismo, o último grau da desigualdade, pois ele é provocado pela mudança do poder legítimo pelo poder arbitrário; é o resultado inevitável de um poder fraco, de péssima liderança. Os homens que vivem em uma sociedade que podiam comparar-se uns aos outros e perceber suas diferenças, aqueles que medem suas diferenças através de riquezas e títulos de nobreza e o mérito pessoal acabam se tornando inimigos.

O genebrino afirma que o povo não tem mais chefes, já que o poder estava com os tiranos, que por sua vez fizeram com que sua vontade fosse estabelecida através da força; o tirano também pode ser retirado do poder através do mesmo motivo que o deixará nele, já que tudo é governado através da força, só o mais forte sobrevive. Assim, o pacto se dissolve colocando os homens em um segundo estado de natureza, que, diferente do primeiro, se caracteriza pela corrupção.

Contudo, o povo, mesmo oprimido pode unir-se e destituir o poder do déspota, porque ainda resta uma certa liberdade no homem. Só a força o mantém, só a força o derruba. (ROUSSEAU, 1979, p. 280) O genebrino afirma que prefere [...] a mais tempestuosa liberdade a uma tranquila dominação. (ROUSSEAU, 1979, p. 230). E para afastar qualquer argumento favorável ao despotismo, Rousseau afirma que sendo qual for a situação, o povo pode mudar suas leis.

Enfim, os três progressos da desigualdade: a Propriedade, a Magistratura e o Despotismo, com suas implicações fazem perceber como cada um tem em si a marca da corrupção. Consta-se que o homem civilizado, passa por cada um desses progressos. Desse modo, a história começa com a *perfectibilidade* em ato, trazendo a decadência. Já consolidada a linguagem, além da *perfectibilidade* existe outro fator que irá aumentar a decadência, o amor-próprio. Com a influência do amor-próprio, o processo histórico estará marcado por desigualdades.

Na visão de Rousseau, a história da humanidade é decadente, o progresso não trouxe felicidade; o homem no Estado de Natureza era mais feliz do que o homem no Estado Civil. Tem-se a ideia de um tempo linear (herdada pelo Cristianismo) com passado, presente e futuro. Rousseau lamenta, mas afirma que não se pode retroceder. Destaca:

Há, eu sei uma idade em que o homem individual gostaria de parar; de tua parte, procurarás a época na qual desejarias que tua espécie tivesse parado. Descontente com teu estado presente, por motivos que anunciam a tua infeliz posteridade maiores descontentamentos ainda, quem sabe gostarias de retrogradar. Tal desejo deve constituir o elogio de teus primeiros antepassados, a crítica de teus contemporâneos e o temor daqueles que tiverem a infelicidade de viver depois de ti. (ROUSSEAU, 1987, p. 237).

A imagem de continuidade do tempo integra a noção de progresso para o genebrino, mas um progresso decadente. O progresso para ele é um conceito neutro, sendo que o homem pode progredir tanto para o bem quanto para o mal. Contudo, o pensamento de Rousseau não se resume à pura constatação da origem do mal, da história degenerada. Ele deseja amenizar este mal. Sendo assim, a ação humana coletiva poderá provocar então a mudança no caminho da história. É através da *perfectibilidade*, do amor de si, unidos à liberdade e à virtude que podem levar a salvação.

O desfecho é o regime despótico, o qual se estabelece sobre as ruínas de um Estado. Surge um paradoxo: todos (exceto o déspota), tornam-se iguais, no sentido de que todos nada são ou nada valem. É como um estado de natureza, sem lei. A destruição total da ordem natural de igualdade representa o início da sua restauração. A diferença é que a inocência é substituída pela corrupção. Quando a degradação social é levada ao grau máximo, explode a revolução. O déspota se mantém pela força, e só por esse meio pode ser destronado. Nesse momento não poderá reclamar de nada, nem terá uma lei à qual apelar. O despotismo realiza a sua essência, suprimindo a si mesmo: a ociosidade, criada pelo contrato, é desfeita, sendo necessário recomeçar. Dessa maneira, as instituições políticas repetem o ritmo cíclico da natureza.

3.4 Soberania e a Vontade Geral

O “viajante” solitário ver que os ricos adquiriam terras pela força, e que pela mesma forma poderiam perdê-las na guerra num gasto desnecessário. E apresenta um projeto novo e

revolucionário, qual seja, que o governo garantisse a justiça e paz, podendo ainda serem livres. Propõe o que seria o primeiro “Contrato Social”, vendo que somente a força era insuficiente para justificar a posse da terra, já que outra pessoa poderia reindicar a origem da posse e demarcações caso não tivesse valor legal. O direito de posse decide o que é meu e o que é do outro, logo, uns terão mais outros terão menos, porém, esse direito não obriga a todos dividirem, quem quiser alimentar sua propriedade é livre para fazer, assim, ao invés de restabelecer a igualdade, acaba por construir mais um degrau na escada da desigualdade; os ricos enganaram os pobres fingindo serem seus salvadores, assim acalmando ainda a revolta e instituindo seu domínio sem usar a força, apenas usando um discurso eloquente que visavam a segurança de ambas as partes somente para garantir que o direito à propriedade seja dos ricos e fazendo os pobres virarem escravos legítimos, já que eles pensavam que estavam sendo protegidos quando na realidade estavam sendo enganados.

Rousseau quer demonstrar como o direito natural foi submetido à lei civil, sendo que houve troca de violência legítima pelo engano do povo simples ao serem entregues aos ricos, em troca de uma falsa segurança. Rousseau denuncia a fragilidade e mostra que aqueles que se comprometeram ajudar o povo, apenas estão ajudando a si e usando o povo como escravo. Aí percebe-se que o homem está bem longe do estado de natureza e nem poderá resgatá-lo em seu íntimo. Não contente, Ele, nos traz uma nova regra de *Administração legítima e segura* para garantir os direitos de liberdade e igualdade. Ele fala em liberdade natural e liberdade Civil, a liberdade natural em Rousseau não está no sentido de dominação do rico sobre o pobre, no sentido de dominação mútua. Rousseau pensa em um pacto em que prevaleça a liberdade e igualdade, regulamentando de forma legal o direito de propriedade da sociedade.

Para isso, é preciso que cada cidadão venha a alienar a sua liberdade natural, para se adaptar a nova realidade, a civil, formando assim um vontade geral, essa que garantira a igualdade de pessoa para pessoa, a vontade geral, sendo estabelecida, estabelece-se, assim, o verdadeiro direito, que é utilizá-lo e servir ao povo. Na obra *Do Contrato Social*, a Soberania que representa a expressão de vontade geral e tem como objetivo o bem comum e o povo deve doar-se ao soberano, pois ele representa a forma de governo que não tem nem governante nem governados.

Atualmente, a propriedade é um direito garantido, ou seja, qualquer cidadão pode adquirir um bem e dele se tornar proprietário. A dificuldade reside na desigualdade que paira sobre a atual sociedade, o que gera uma grande quantidade de recursos nas mãos de poucos e

uma pequena nas mãos de muitos. Tudo isto só reforça o mérito de Jean-Jacques, pois não adianta apenas dar ao povo o direito, se não se der também subsídios para o exercício e usufruto do mesmo.

Para isso, uma das soluções apontadas por Rousseau é a educação do homem que, se adequada, o faz um ser moral e virtuoso. Essa educação já criticada no *Primeiro Discurso* deverá inculcar no espírito do homem o amor pela pátria, a equidade, a temperança, a humanidade e a coragem. Dessa forma, é que critica a cultura das ciências e das artes que levam o homem não ao caminho da virtude mas sim, ao de toda sorte de vícios e longe do saber que é necessário e do conhecimento dos seus deveres.

A educação certa numa sociedade justa e eqüitativa levará à construção de uma sociedade em que se preze a virtude e a pátria. O homem não mais acorrentado em seus grilhões poderá ter seus direitos garantidos, seus bens conservados, respeitando ao outro por fazer este parte do todo que é o Estado. Seguindo apenas a si mesmo por constituir-se integrante da vontade geral, não é representado por terceiros, possuindo a oportunidade de igualmente participar da construção social, e de decidir os rumos da sociedade. Dessa forma, Rousseau cria um modelo de sociedade assentada nas bases da liberdade civil, da igualdade, da virtude e do amor à pátria.

. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento de Rousseau fez dele um marco dentro da história da filosofia, o princípio por ele estabelecido e seguido diferenciou-o dos outros pensadores de sua época. Contudo, pode-se perceber uma espécie de mal-estar em suas obras, porque afirmou que a história da humanidade é decadente; que o homem caminhou em direção à sua degradação, e, conseqüentemente, à das instituições. O que fez com que no decorrer da linha do tempo, surgissem os progressos da desigualdade.

Apresentou-se neste estudo, primeiramente o hipotético Estado de Natureza, onde o autor sustentou que os homens em tal estado estavam em conformidade com o mundo que o cercava; eram bons, ingênuos, felizes, influenciados pelo amor de si e a piedade. Posteriormente, o homem não permaneceu estagnado neste estado, ele seguiu rumo ao Estado Civil, esse percurso só foi possível em razão da *perfectibilidade*, e, o primeiro passo, o desenvolvimento da linguagem articulada, colocando o homem como agente da história. Nesta jornada, o homem criou a metalurgia e a agricultura e conseqüentemente, o primeiro progresso da desigualdade: a Propriedade privada que estabeleceu a distinção entre o rico e o pobre, o último termo do estado de natureza, isto é, a passagem entre: o natural e o civilizado, o particular e o geral.

A caminhada continuou com o homem percebendo que deveria de alguma forma assegurar a propriedade que lhe pertenciam. Para isso, foram estabelecidas normas, um pacto de submissão, para reger o povo – o Contrato Social. Foi este que fez surgir legalmente o Estado Civil, contrato ilícito, já que foi feito apenas por particulares, gerando muitas irregularidades. Assim surge, o próximo progresso da desigualdade a criação da Magistratura que separou o povo e os seus chefes. O fim do caminho, o Despotismo, é o último grau da desigualdade que operou a separação entre senhor e escravo. Ressaltou-se soluções para essa história decadente; o homem tem capacidade para promover mudanças e assim transformar o seu caminho na história. A *perfectibilidade*, o amor de si, unidos à liberdade e à virtude podem levá-lo à salvação. No entanto, a redenção só pode ocorrer se o homem realmente quiser, será ele mesmo o seu salvador, não será nenhum Deus, que salvará a história. E Rousseau confia na bondade existente nos corações dos homens, pois, afirma que o homem é bom, a maldade se apresenta na sociedade.

. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAÇANHA, Luciano da Silva. **Para ler Rousseau: uma interpretação de sua narrativa confessional por um leitor da posteridade.** São Paulo: Edições Inteligentes, 2006.

_____. **Poética e Estética em Rousseau: corrupção do gosto e degeneração e mimesis das paixões.** Tese de doutorado em filosofia. São Paulo: PUC/SP, 2010, p. 203.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos.** 1^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre as ciências e as artes.** Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.

_____. **As confissões.** Tradução de Rachel de Queiroz. 2^o. ed. São Paulo: Atena, 1959.